



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE EDUCAÇÃO E SAÚDE
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO

HELENA DE OLIVEIRA DANTAS

A Inclusão de Alunos com Deficiência na Escola Regular

CUITÉ

2014

HELENA DE OLIVEIRA DANTAS

A Inclusão de Alunos com Deficiência na Escola Regular

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas do Centro de Educação e Saúde (CES/UFMG) campus Cuité, como um dos requisitos para a obtenção do título de licenciada em Ciências Biológicas.

ORIENTADORA: NAYARA TATIANNIA S. DA COSTA

CUITÉ

2014

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA NA FONTE
Responsabilidade Jesiel Ferreira Gomes – CRB 15 – 256

D192i Dantas, Helena de Oliveira.

A inclusão de alunos com deficiência na escola regular.
/ Helena de Oliveira Dantas – Cuité: CES, 2014.

48 fl.

Monografia (Curso de Licenciatura em Ciências
Biológicas) – Centro de Educação e Saúde / UFCG, 2014.

Orientadora: Ms. Nayara Tatianna Santos da Costa.

1. Inclusão. 2. Alunos com deficiência. 3. Ensino regular. I.
Título.

CDU 376

HELENA DE OLIVEIRA DANTAS

A Inclusão de Alunos com Deficiência na Escola Regular

Monografia apresentada ao curso de Ciências Biológicas da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG – campus Cuité, como um dos requisitos para a obtenção do título de licenciada em ciências biológicas.

Aprovada em ___/___/___

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Ms. Nayara Tatianna Santos da Costa (Orientadora)

CES/UFCG

Prof.^aMs. Kiara Tatianny Santos da Costa (Membro)

CES/UFCG

Prof.^a Ms. Caroline Zabendzala Linheira (Membro)

CES/UFCG

Dedico aos meus pais M^a da Guia de O. Dantas e Deusdedet Dantas (in memoriam) por todos os ensinamentos e valores passados.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por ter me dado força durante essa longa caminhada não me deixando desistir diante das inúmeras dificuldades encontradas ao longo do curso.

Agradeço aos meus pais M^a da Guia de O. Dantas e Deusdedet Dantas (in memoriam), pelo exemplo de luta e perseverança, mesmo não estando presentes fisicamente, sempre estiveram comigo nos meus pensamentos. Aos meus irmãos: Edna Dantas, Éder O. Dantas, Rita O. Dantas, Daniel O. Dantas e Mitterrand O. Dantas.

Agradeço a minha orientadora Nayara Tatianna Santos da Costa, pela orientação, humildade, paciência e dedicação durante todo o trabalho.

As minhas tias Josefa Gomes, Lourdimar Gomes, Maria Gomes e Moacir Gomes por toda força.

Agradeço a minha prima e amiga Jaíles Gomes, pelas conversas e conselhos.

A todos os meus amigos e colegas que conheci ao longo do curso de Ciências Biológicas e a todos os Professores que contribuíram para minha formação.

A Escola Municipal de Ensino Fundamental Eliete S. de A. Silva e Escola Estadual de Ensino Médio Frei Martinho, onde pude fazer meus três estágios durante o curso, a professora de Biologia Rita Aparecida de Lima.

A Universidade Federal de Campina Grande, em especial o campus de Cuité e a todos os funcionários.

“O êxito da vida não se mede pelo caminho que você conquistou, mas sim pelas dificuldades que superou no caminho”.

Abraham Lincoln

RESUMO

A inclusão de alunos com deficiência no ensino regular é uma proposta da educação inclusiva, e tem despertado uma série de debates no campo educacional brasileiro, tal proposta é contrária ao modelo tradicional das escolas. O impacto causado pela inclusão nos remete a vários questionamentos, tendo em vista que essa idéia é relevante e ao mesmo tempo desafiadora. Mesmo amparada Por lei, não oferece condição, suporte e investimento necessários para o seu desenvolvimento como defende o princípio da educação inclusiva uma escola para todos, ensino de qualidade e igualdade de direitos. O objetivo geral desse trabalho é identificar no contexto concreto da escola como ocorre a inclusão na prática e o que pensa a comunidade escolar sobre esse processo. Para desenvolver esse trabalho optou-se pela abordagem qualitativa, realizada a partir de uma pesquisa de campo onde se investigou parte da comunidade escolar: gestores, professores e funcionários da Escola Municipal de Ensino Fundamental, em Frei Martinho-PB. Utilizamos como instrumento de coleta de dados questionários e a observação através do diário de campo dentro e fora das salas de aula, no momento do intervalo. Os resultados mostram que a maior parte da comunidade escolar ainda não sabe ao certo o conceito de inclusão confundindo com integração, as dificuldades identificadas, foram: a falta de formação dos professores, de um profissional especializado, e diagnósticos dos alunos com deficiência ainda é uma barreira a ser vencida, a falta de formação específica para os professores que atuam na educação básica, também a falta de profissionais especializados.

Palavras-chave: Inclusão; alunos com deficiência; ensino regular; comunidade escolar.

ABSTRACT

The inclusion of students with disabilities in regular schools is a proposal of inclusive education, and has sparked a series of debates in the Brazilian educational field, such a proposal is contrary to the traditional model of schools. The impact of inclusion brings us many questions, considering that this idea is relevant and at the same time challenging. Even supported by law, does not condition, support and investment required for their development as advocates the principle of inclusive education a school for all, quality education and equal rights. The aim of this study is to identify the specific context of the school as the inclusion occurs in practice and what you think the school community on this process. To develop this work we opted for a qualitative approach, carried out from a field study which investigated part of the school community: administrators, faculty and staff of the Municipal School for Primary Education, in Frei Martinho-PB. Used as instrument of data collection questionnaires and observation through daily field inside and outside the classroom, at the time of the interval. The results show that most of the school community still does not know for sure the concept of inclusion confused with integration difficulties identified were: the lack of teacher training, a specialized professional, and diagnoses of students with disabilities is still a barrier to be overcome, the lack of specific training for teachers working in primary education, but also a lack of specialized professionals.

Keywords: Inclusion; students with disabilities; regular education; school community.

LISTA DE ABREVIATURAS

AEE - Atendimento Educacional Especializado

CNE – Conselho Nacional de Educação

FUNDEB - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC - Ministério da Educação

PDE - Plano de Desenvolvimento da Educação

SECADI - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 BREVE HISTÓRICO SOBRE A INCLUSÃO.....	12
1.1 A educação brasileira na perspectiva inclusiva.....	13
1.2 A inclusão na busca do princípio democrático.....	15
1.3 Salas de recursos multifuncionais.....	17
1.4 Integração x inclusão.....	20
1.5 O desafio da inclusão.....	22
1.6 O Sistema de Bidocência.....	23
2 PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS.....	26
2.1 Caracterização do campo da pesquisa.....	26
2.2 Sujeitos da pesquisa.....	26
2.3 Instrumentos de coleta.....	27
2.4 Elementos de análise.....	27
3 REFLETINDO A INCLUSÃO NO COTIDIANO DA ESCOLA REGULAR...	29
3.1 A análise do cotidiano escolar: reflexão sobre os diários de campo.....	29
3.1.1. Atividades em sala.....	29
3.1.2. Relacionamento com os colegas.....	29
3.1.3. Cooperação entre os colegas.....	30
3.1.4. Dificuldades dos professores.....	30
3.1.5. A rotina no intervalo.....	30
3.1.6. O comportamento dos participantes com os alunos.....	31
3.1.7. Análises dos questionários dos Professores e Gestores.....	31
3.1.8. Análises dos questionários dos Funcionários.....	38
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	41
5 REFERÊNCIAS.....	42
APÊNDICE.....	44

INTRODUÇÃO

Inicialmente, o que motivou o interesse por esse tema foi à experiência com o estágio na E. M. E. F José de Alencar, na cidade de Frei Martinho-PB. No intervalo das aulas, sempre que se observava esses alunos, imaginava-se como seria na sala de aula, as dificuldades encontradas. A partir do diálogo com alguns professores, (já que o estágio não ocorreu exatamente nas salas desses alunos com deficiências) por eles trabalharem na primeira fase do Ensino Fundamental, pode-se perceber que segundo os professores, as dificuldades enfrentadas no dia a dia, ao lidar com as turmas regulares e também os alunos com deficiência, são inúmeras, o que se agrava por se constatar que estes não passaram por uma capacitação ou formação anteriormente. Existe também a falta de estrutura, desgaste emocional dos profissionais, o excesso de alunos nas salas entre outras. Pensando nisso desenvolve-se o trabalho de conclusão de curso, voltado para essa problemática, no sentido de questionar: como está sendo desenvolvido o processo de inclusão de alunos com deficiência no ensino regular?

O presente estudo pretende investigar o que pensa a comunidade escolar e qual a atual situação da inclusão dos alunos com deficiências no ensino regular da ¹Escola Municipal de Ensino Fundamental, na cidade de Frei Martinho-PB. A pesquisa contribui para pensar como a inclusão é percebida no contexto da escola regular e ainda possibilita novos questionamentos para possíveis estudos futuros.

O objetivo geral desse trabalho é, portanto o de identificar no contexto concreto da escola como ocorre a inclusão na prática da sala de aula e o que pensa a comunidade escolar sobre esse processo, e para tanto, se faz necessário: Discutir a inclusão e alguns pressupostos teóricos que dêem suporte a compreensão do diálogo que os autores fazem sobre a temática; Observar no cotidiano da escola as estratégias utilizadas para inclusão desses alunos com deficiência e ainda refletir sobre as percepções da comunidade escolar sobre a inclusão e os limites e possibilidades da inclusão na prática escolar. Estas informações servem como base para a elaboração de outros estudos nesse campo. Assim, o conhecimento sobre o tema pode trazer novas possibilidades para as práticas pedagógicas dos profissionais da Educação, além de possibilitar a revisão de suas estratégias e metodologias empregadas na educação do aluno com deficiência.

¹ OBS:O nome da escola foi mantido no anonimato.

O impacto causado pela inclusão nos remete a vários questionamentos. Tendo em vista que essa idéia é relevante e ao mesmo tempo desafiadora. Mesmo amparada Por lei, não oferece condição, suporte e investimento necessários para o seu desenvolvimento que defende o princípio da educação inclusiva uma escola para todos, ensino de qualidade e igualdade de direitos.

Neste contexto, tem-se a necessidade de desenvolver a pesquisa na Escola Municipal de Ensino Fundamental, para efetivação desse modo junto á comunidade escolar, tendo em vista os impasses enfrentados hoje na prática da educação inclusiva, faz necessário um estudo na busca de identificar no contexto da escola como ocorre a inclusão dos alunos com deficiências. Para isso elegemos como percurso metodológico a abordagem qualitativa. Sob o tipo pesquisa de campo, nos quais os sujeitos foram dez professores, três gestores e quatro funcionários da escola. Foram utilizados como instrumentos de coleta de dados: os questionários e a observação

Tendo em vista as contradições entre as políticas de inclusão e a realidade da educação brasileira, as barreiras encontradas, as limitações impostas por suas deficiências: sensoriais, mentais, físicas e motoras. Dentro do contexto escolar depara-se com algumas barreiras importantes para a sua concretização, as quais são classificadas de acordo com as atitudes apresentadas pelos próprios professores, barreiras físicas, arquitetônicas e as atitudinais.

O presente trabalho está organizado em três partes: o capítulo 1 apresenta um breve histórico sobre a inclusão, seguida pelo referencial teórico.

O capítulo 2 apresenta os pressupostos metodológicos do estudo, com abordagem qualitativa, caracterização da pesquisa, sujeitos da pesquisa, instrumento de coleta de dados e ainda elementos de análise.

O capítulo 3 aborda a análise dos resultados da pesquisa, primeiramente a análise do cotidiano escolar: reflexão sobre os diários de campo e em seguida dos questionários aplicados aos professores, gestores e funcionários da escola.

1. BREVE HISTÓRICO SOBRE A INCLUSÃO.

A Criação das escolas especiais foi o ponto de partida, que levou as crianças com deficiências a freqüentarem a escola, ainda um ambiente segregado, devido essas crianças serem excluídas e discriminadas na sociedade. Ao longo dos anos os professores observaram esses alunos, e perceberam que muitos deles tinham capacidades, potencialidades dependendo do grau de deficiência a aprendizagem era possível e significativa. A partir daí começa a surgir a idéia de integração com crianças sem deficiências.

Segundo Beyer, (2005) por volta da década de 70 do século XX, surgiu na Alemanha a Escola Flamming, que foi pioneira, na integração de alunos com e sem deficiências, que frequentavam as mesmas salas de aulas. Essa iniciativa partiu de um grupo de pais e profissionais terapêuticos, que acreditavam, que com a integração de seus filhos com crianças “normais”, apresentariam um melhor desempenho e era uma forma de integrá-los ou melhor de serem aceitos na sociedade.

Porém, a integração não foi bem aceita e compreendida por outras escolas, muitas só inseriam esses alunos, os que não conseguiam se adaptar ao sistema, eram deixados de lado ou melhor segregados, e conseqüentemente abandonavam a escola.

Somente no final da década de 80, também do século XX, surgiu a chamada inclusão, no entanto, só a partir dos anos 90, mais precisamente em 1994, com a Declaração de Salamanca, 1994, na Espanha, considerado o marco no processo da inclusão, que o termo “inclusão” foi reconhecido no âmbito da educação inclusiva.

“Percebe-se, ainda, que o tema educação inclusiva, apontado na década de 1990, ficou restrito, por vezes, à educação de pessoas com deficiência [...] não se trata única e exclusivamente do segmento das pessoas com deficiência, no sentido de incluí-los nas escolas regulares, deve-se incluir também toda criança, jovem e adulto que vive a condição de analfabetismo funcional, de diferença étnica, cultural, religiosa, de condição social “ [...] (VIZIM, 2003, p. 62).

De acordo com o autor, a educação inclusiva, não deve se restringir somente as pessoas com deficiência, mas a todos aqueles que são excluídos, seja por raça, cor, etnia, situação social, analfabetismo e etc.

1.1 A educação brasileira na perspectiva inclusiva

A educação brasileira por si só, já enfrenta inúmeros desafios, porém, o que está acontecendo hoje é uma mudança de paradigma, no que se refere à educação na perspectiva inclusiva. Tendo em vista que ela é amparada, por documentos legais, desde os nacionais como: política pública de educação especial na perspectiva inclusiva, a Constituição Federal de 1988, a Lei 7.853 de 24 de outubro de 1989, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96, a Resolução CNE/CEB nº 2/2001 e Resolução CNE/CEB nº 4/2009 e a nível internacional a Declaração de Salamanca, realizada em 7 e 10 de junho de 1994 em Salamanca na Espanha dentre outros. No entanto, algumas dessas políticas precisam sair do papel, para de fato, consolidar a igualdade de direitos sem distinção, e poder contribuir, para uma educação de qualidade para todos. Diante disso, essas leis, precisam ser compreendidas e revistas, e que suas propostas possam ir além do papel, que a inclusão seja validada com o acesso, permanência, socialização e participação dos alunos com deficiências nas salas de aulas do ensino regular.

Tendo em vista que o princípio da inclusão defende que a sociedade deve fornecer as condições para que todas as pessoas tenham a possibilidade de ser um agente ativo na sociedade. Desse modo, temos como pré-requisito a reestruturação da sociedade para que a pessoa com deficiência consiga exercer seus direitos. As ações inclusivas devem estar presentes em todos os aspectos da vida do indivíduo, tais como no campo educacional, social entre outros. Assim sendo, o processo de inclusão do aluno com deficiência se mostra uma necessidade. A escassez de informações pode ocasionar, caso a criança não seja adequadamente estimulada, prejuízos em diversos aspectos de seu desenvolvimento, tais como atrasos no campo motor, cognitivo, emocional e social. Dessa forma, é de suma importância que a criança seja amplamente estimulada para que possa alcançar níveis de desenvolvimento semelhantes aos seus colegas não deficientes. Esse estímulo deve preceder o período escolar, porém a escola como meio na qual essa criança seja inserida conseqüentemente, o professor exerce papel fundamental nesse processo de desenvolvimento.

Para Ramos, (2010) Ter uma equipe de ‘professores e funcionários’ preparada para lidar com as situações inusitadas, quando um aluno necessite de ajuda para usar o

banheiro, auxílio em atividades ou mesmo fora da sala de aula. Sendo uma das maiores preocupações dos educadores, a falta de qualificação e de profissionais especializados por ser uma situação comum nas escolas que atendem esses alunos. Essas informações representam um ponto primordial para a concretização do processo inclusivo. É apenas com o conhecimento sobre as necessidades, as capacidades, as potencialidades e as habilidades de seus alunos sejam eles deficientes ou não, que o educador será capaz de desenvolver práticas eficazes para a inclusão dos mesmos.

Dentro do contexto escolar depara-se com algumas barreiras impossibilita sua concretização, as quais são classificadas de acordo com as atitudes apresentadas pelos próprios professores. Essas barreiras encontradas podem ser: barreiras relacionadas ao professor, a falta de uma preparação profissional de qualidade é apontada como um fator importante na exclusão do aluno com deficiência, barreiras físicas ou arquitetônicas e as atitudinais.

Dependendo de fatores como as características individuais apresentadas, as atividades propostas dos alunos com deficiências necessitam de mais tempo, explicações específicas, de demonstrações, auxílio e nem sempre esses profissionais dispõem, o ideal seria direcionar a formação do professor aliada a do profissional especializado fundamental durante o processo inclusivo. O conhecimento da deficiência do aluno favorece atitudes positivas para a sua inclusão. O nível de ensino em que o aluno se encontra; Os alunos em níveis mais básicos de escolaridade evocam atitudes mais positivas dos professores quando comparados com alunos em níveis mais avançados. Temos desse modo, muitos fatores que interferem.

De acordo com Rodrigues, (2002) a possibilidade de trabalhar vários conteúdos de diferentes maneiras, com atividades que permita a participação de alunos com dificuldades para responder a exigências às quais os professores sentem necessidade em desenvolver é uma forma de inclusão.

“ Em qualquer circunstância, é tarefa da escola identificar as barreiras à aprendizagem e encontrar caminhos para superá-las. [...] é necessário conhecer as condições do contexto dentro do qual as dificuldades se manifestam para evitar localizá-las no âmbito das limitações [...] dos alunos” (DUK, 2005, p. 167).

O professor tem o papel de adequar suas atividades e conteúdos para a realidade de seus alunos, respeitando a diversidade presente em sua sala. No caso do aluno com

deficiência, as principais modificações dizem respeito às adaptações nas atividades a serem propostas, conteúdos de diversas formas, com diferentes tipos de atividades, podendo, dessa forma, realizar modificações que permitam a participação de todos. As atividades propostas são amplamente possíveis de adaptações e apresentam, geralmente, características lúdicas e recreativas estimulantes à participação e à integração de todos. É importante o desenvolvimento de pesquisas nessa área para sanar as grandes dificuldades ainda encontradas. Muitas são as atitudes e ações desenvolvidas para a inclusão do aluno com deficiência no contexto educacional. No entanto esse é um processo gradual que ainda necessita de muitos acréscimos com relação às pesquisas, bem como no que diz respeito à conscientização das possibilidades para a sua concretização. Os educadores devem se conscientizar da necessidade de atitudes inclusivas em suas práticas educacionais, nas quais a diversidade tem grande valor para o crescimento e o desenvolvimento da sociedade.

Nesse sentido, os conteúdos de informação sobre as necessidades educativas especiais são freqüentemente inexistentes ou pouco direcionados para a solução de problemas concretos de planejamento, intervenção e avaliação que o profissional possa vir a encontrar.

1.2 A inclusão na busca do princípio democrático

A inclusão busca o princípio da democracia ou seja a igualdade de direitos, acesso, ingresso e permanência de todas as pessoas com deficiência nos serviços de saúde, educação e na sociedade como um todo. Os movimentos em prol da qualidade de vida dessas pessoas a conscientização da sociedade acerca de seus direitos e de suas potencialidades a possibilidade de construírmos cenários otimistas e movimentos a partir da inclusão/integração dessas pessoas, o que significa oferecer educação de qualidade para todos.

“Especiais devem ser consideradas as alternativas a que a escola precisa organizar, para que qualquer aluno tenha sucesso; especiais são procedimentos de ensino; especiais são as estratégias que a prática pedagógica deve assumir para remover barreiras para a aprendizagem. Com esse enfoque temos procurado pensar no especial da educação parecendo-nos mais recomendável do que atribuir esta característica ao alunado”. (CARVALHO, 2000, p. 17).

Preliminares -, há destaques para a criança com deficiência: no parágrafo 1º do Art. 11 referente ao atendimento médico; no item III do Art.54, que diz respeito ao dever do Estado de assegurar atendimento na rede regular e no Art.66, alusivo ao trabalho protegido.

Precisa-se ocorrer uma mudança de paradigma de um sistema em que a escola inclusiva seja para todos os alunos, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais entre outras.

A presença de crianças com deficiência nas turmas regulares vai beneficiar a todos os demais, pois dessa forma os professores deverão mudar suas metodologias e criar um ambiente na sala de aula, onde ocorra uma troca de experiências em que todos sejam beneficiados.

A realidade tem se mostrado contrária a esse respeito, porque, enquanto muitos educadores vem se mostrando receptivos e interessados na presença de alunos com deficiência em suas salas, existem outros que toleram e os que a rejeitam.

Os que toleram apenas integram esses alunos, já os que rejeitam afirmam sentir-se despreparados para lidar com dificuldades, e que não teve na sua formação uma preparação para lidar com esses alunos.

As limitações impostas por suas deficiências seja elas (sensoriais, mentais, físicas e motora), apresentam necessidades específicas que exigem adaptações de toda a ordem, inclusive na escola, para garantir a igualdade de direitos à aprendizagem. O conhecimento prévio dos professores sobre determinada deficiência que seus alunos tenham, é de suma importância, pois irá ajuda-los, para que dessa forma possam desenvolver metodologias concernentes as deficiências apresentadas pelos referidos alunos e que irão facilitar na aprendizagem, tornando-a o mais ‘natural possível’ já que eles precisam adaptar-se as limitações dos mesmos.

O Decreto 6.571 de 17 de setembro de 2008, que dispõe sobre o atendimento educacional especializado, regulamenta o parágrafo único do Art. 60 da Lei n. 9394/1996, destinando recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica - FUNDEB ao atendimento educacional especializado. Será contabilizado duplamente no âmbito do FUNDEB, o aluno matriculado na classe do ensino regular público que tiver matrícula concomitante no AEE.

“A concepção inclusiva considera que todo (a)s estudantes devem estudar juntos em ambientes regulares da vida. Assim, os contextos educacionais inclusivos devem contar com um conjunto de serviços e recursos de apoio educacional especializados (Educação Especial) para todo (a)s os aluno (a)s da escola, e em particular, para aquele (a)s com necessidades educacionais especiais”. (DUK, 2006, p.167).

De acordo com Duk, (2006) na percepção inclusiva, todos os alunos devem está inseridos no mesmo espaço regular, e que precisam de suporte e recursos especializados atendendo o princípio da inclusão.

1.3 Salas de recursos multifuncionais

O Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais, instituído pelo MEC/SEESP por meio da Portaria nº 13, em 24 de abril de 2007, integra o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, destinando apoio técnico e financeiro aos sistemas de ensino para garantir o acesso ao ensino regular e a oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE), aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e/ou altas habilidades/superdotação.

De acordo com Ropoli (2010), esse programa deve atender todos os alunos de inclusão matriculados nas escolas públicas regulares no contexto da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, o programa tem como objetivos: oferecer suporte de forma complementar às escolas inclusivas, pois as mesmas devem dispor de Atendimento Educacional Especializado (AEE), assegurando aos alunos com deficiências melhores condições de acesso, participação e aprendizagem no âmbito escolar regular. Essa contribuição vem ainda mais a fortalecer todo processo de inclusão. Para que esse atendimento seja possível, a escola precisa dispor de um espaço físico para instalação do material que compõe a sala, que vai desde os mais complexos como os equipamentos de informática, aos mais simples: mobiliários, materiais pedagógicos e de acessibilidade para a organização do espaço de atendimento. E por fim de um professor com formação especializada para oferecer um atendimento de qualidade dentro do contexto inclusivo.

De acordo com a Constituição Federal/88, a LDB Nº 9394/96 e a Resolução CNE/CEB Nº 2/2001, o atendimento educacional especializado constituiu-se em

estratégia pedagógica da escola para oferecer respostas às necessidades educacionais especiais dos alunos, favorecendo o seu acesso ao currículo.

Art. 1º Criar o Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais com o objetivo de apoiar os sistemas públicos de ensino na organização e oferta do atendimento educacional especializado e contribuir para o fortalecimento do processo de inclusão educacional nas classes comuns de ensino.

²Resolução N°4/2009 que define o Atendimento Educação Especializado como um serviço da educação especial que:

“Identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos considerando suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela. [...] Ao longo de todo o processo de escolarização, esse atendimento deve estar articulado com a proposta pedagógica do ensino comum”. (BRASIL, 2008, p.15).

Em suma, o Atendimento Educacional Especializado - AEE é um serviço da Educação especial que tem como objetivo eliminar barreiras que dificultem a participação dos alunos no ensino regular considerando as suas necessidades específicas.

Se por um lado é pertinente, como direito de cidadania, considerar as necessidades dos alunos com deficiências, por outro lado teme-se que, exista uma maquiagem, por parte de muitas instituições, quando se trata da inclusão, não sabem ao certo sua definição. É necessário haver uma ligação entre educação e saúde (procedimentos clínicos), na medida em que as necessidades educacionais especiais induzem à noção de “déficit” que precisa ser diagnosticado. Na maioria das vezes são tratados separadamente, sendo que um precisa do outro, para que dessa forma possa ter um melhor resultado, onde não só o aluno com deficiência ganha e sim o conjunto.

A presença da deficiência não implica, necessariamente, dificuldades de aprendizagem. Inúmeros alunos apresentam distúrbios de aprendizagem e não são alunos com deficiência. Porém ambos os grupos possuem necessidades educacionais especiais, exigindo recursos educacionais que não são utilizados comumente na educação escolar, para alunos das mesmas idades.

² OBS: Devido à extinção da (SEESP), seus programas e ações estão vinculados a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI).

O impacto educacional provocado pela inclusão depende, principalmente, do estágio do desenvolvimento global alcançado pelo aluno com deficiência, por outro lado, as dificuldades enfrentadas, dependem dos estímulos e do apoio que lhes são oferecidos em casa e na escola.

“É relevante lembrar que, durante séculos, as pessoas com deficiência foram chamadas de inválidas, de incapacitadas, defeituosas, deficientes e excepcionais. Depois, pessoas deficientes; pessoas portadoras de deficiência; pessoas com necessidades especiais e pessoas especiais. Mais recentemente, passaram a ser denominadas de pessoas com deficiência esse termo vem sendo utilizado de 1990 até os dias de hoje”. (SASSAKI, 2006).

Um dos desafios hoje é o de conscientizar a sociedade de que as limitações impostas pelas inúmeras manifestações de deficiência não devem ser confundidas como impedimentos. Tornando-se uma forma de preconceito, prejudicando o desenvolvimento individual que depende das interações com os outros. A questão do “ser” deficiente nos permite pensar no grande número de crianças tomadas porque foram assim consideradas pelos seus professores e, assim, passaram a considerar-se. O desenvolvimento de sentimentos, autoestima, dependem das relações interpessoais que essas crianças adquirem desde cedo, quanto menores forem as pressões, mais positivos serão os resultados com relação a deficiência.

A presença de alunos com deficiências nas escolas comuns tem sido, insistentemente, defendida por “pais e educadores”, esse movimento é em prol de sua integração na escola e na socialização desses alunos. O princípio da integração intensificou-se a partir de 1981, estabelecido em Assembléia Geral das Nações Unidas, como o Ano Internacional das Pessoas com Deficiência.

Na Declaração de Salamanca (1994), sobre Princípios, Política e Prática na área das necessidades educacionais especiais reconhece que, em termos de orientação inclusiva, as escolas regulares são:

“ Os meios mais capazes de combater atitudes discriminatórias, criando comunidades abertas e solidárias, construindo uma sociedade inclusiva e atingindo a educação para todos: para além disso, proporcionam uma orientação adequada à maioria das crianças e promovem a eficiência numa ótima relação custo-qualidade de todo o sistema educativo”. (SALAMANCA, 1994).

Ainda sobre a Declaração de Salamanca (1994), através do conceito de escolas integradoras entendidas como aquelas que encontram maneiras de educar, com êxito,

todas as crianças, adolescentes e jovens, inclusive os que apresentam deficiências graves.

As escolas integradoras poderão favorecer, na comunidade escolar, mudanças de atitudes, de discriminação e de exclusão no meio escolar fazendo com que ocorra a aceitação das diferenças e reciprocidade no relacionamento, em vez de piedade ou de tolerância.

“Independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, lingüísticas [...] “Uma escola que inclua a todos, que reconheça a diversidade e não tenha preconceitos contra as diferenças, que atenda às necessidades de cada um e que promova a aprendizagem”. (Salamanca, 1994).

1.4 Integração x inclusão

Integração: é a inserção parcial e condicional de pessoas com deficiência nas escolas de ensino regulares. Pede concessões ao sistema, defende o direito de pessoas com deficiências, porém, contenta-se com transformações superficiais, às pessoas com deficiências tendem a se adaptarem às necessidades dos modelos existentes, e não o contrário fazendo apenas ajustes. A integração só tende a disfarçar as limitações para aumentar a possibilidade de inserção, maquiando o sistema sem a obtenção de soluções, aumentando ainda mais a ineficiência do ensino.

“ A inclusão questiona não somente as políticas e a organização da educação especial e da regular, mas também o próprio conceito de integração. Ela é incompatível com a integração, já que prevê a inserção escolar de forma radical, completa e sistemática. Todos os alunos, sem exceção, devem freqüentar as salas de aula do ensino regular”. (MANTOAN, 2006, p. 19).

Inclusão: é a inserção total e incondicional de pessoas com deficiências nas escolas de ensino regulares. Exige rupturas e transformações profundas no sistema. A inclusão não disfarça as limitações, ela é bem clara, dar subsídios para que as pessoas com deficiências busquem “independência”, socialização e novos desafios. O ambiente deve ser favorável para que todos sejam beneficiados, tenham as mesmas oportunidades de aprendizagem, tornando o ensino de qualidade para todos.

“A inclusão é uma inovação que implica um esforço de modernização das condições atuais da maioria de nossas escolas – especialmente as de nível básico, ao assumirem que as dificuldades de alguns alunos não são apenas deles, mas resultam em parte do modo como o ensino é ministrado e de como a aprendizagem é concebida e avaliada.”. (MANTOAN, 2006, p. 40).

A escola integradora deve ser um espaço de construção de conhecimento e formação de identidade, promovendo o exercício de cidadania para todos. A identificação e conseqüentemente a remoção das barreiras desde as físicas, da aprendizagem até as atitudinais, são indispensáveis para um ensino de qualidade, onde todos serão beneficiados e o papel da inclusão reconhecido.

Integração e Inclusão: “No modelo organizacional que se construiu sob a influência do princípio da integração, os alunos deveriam adaptar-se às exigências da escola e, no da inclusão, a escola é que deve se adaptar às necessidades dos alunos.”. (CARVALHO, 2005, p.68).

As barreiras não existem, apenas, para as pessoas com deficiências, elas também afetam os alunos tidos com “normais” os déficits de aprendizagem, em relação às suas potencialidades. Em outras palavras, as barreiras à aprendizagem dependem do contexto onde são criadas, perpetuadas ou, muitas vezes e, felizmente, eliminadas. Elas não estão presentes apenas nos alunos, nos professores ou nas relações entre eles, entre a escola e as famílias. Existem barreiras em todos os segmentos do sistema educativo, nos níveis simples até os mais complexos.

As escolas inclusivas pressupõem uma pedagogia centrada no aluno, independente de suas condições físicas, intelectuais, sociais e emocionais, essa escola inclusiva, deve reconhecer a diversidade e não ter preconceitos contra as diferenças, atendendo às necessidades de cada um, promovendo a aprendizagem a todos sem distinção.

Na maioria dos casos, ocorre a integração, que está associada ao número de matrículas, que se reflete, estatisticamente, pelo aumento das vagas nas escolas, ou pelo número de alunos com deficiência nas turmas do ensino regular, sem se importar com a qualidade educativa do ensino oferecido pela escola. Essas ações não são inclusivas acontecem com mais frequência no ensino fundamental por ser obrigatório e numericamente mais significativo, na falsa suposição de que o aumento do fluxo escolar seja o reflexo da inclusão.

1.5 O desafio da inclusão

A inclusão de alunos com deficiência, na sala de aula do ensino regular, vem sendo ainda um desafio para o sistema de ensino que muitas vezes prefere o modelo tradicional, sem perspectiva inclusiva “inerte”. Mesmo com a “implementação” das políticas amparadas pela legislação, o desafio da inclusão ainda implica em mudanças e reestruturação, visto que as leis não estão sendo cumpridas e nem dão suportes necessários na maioria das vezes, “ou seja” nem sempre oferecem subsídios e precisam ser revistas. Para que dessa forma possa realmente fazer valer a inclusão dos alunos com deficiências no ensino regular e oferecer um ensino de qualidade para todos.

“O desafio da educação inclusiva consiste em atribuir o devido peso a ambos princípios e mantê-los numa relação de equilíbrio, isto é, possibilitar a educação comum, sem menosprezar o atendimento dos alunos em suas necessidades específicas”. (BEYER, 2005, p.37).

Para o autor, a inclusão só será validada se houver uma troca entre o ensino comum e o atendimento especializado, porque um complementa o outro, facilitando a aprendizagem como também o atendimento de qualidade aos alunos.

De acordo com (GLAT & FERNANDES, 2005) a educação inclusiva é aquela que oferece um ensino adequado às diferenças e às necessidades de cada aluno e não deve ser vista de forma segregada mas como parte do sistema regular. Para tanto, o quesito indispensável para a efetivação deste conceito é a formação adequada e contínua do professor.

A chegada desses alunos propõe mudanças no cotidiano escolar. Com isso é preciso repensar as práticas pedagógicas utilizadas, acessibilidade, formação dos professores entre outros. Para que a inclusão aconteça, é fundamental que o sistema ofereça condição e formação assumindo um compromisso mediante toda comunidade escolar, que todos os envolvidos estejam cientes dos deveres sendo esses aspectos essenciais no processo inclusivo.

“O importante não é só capacitar o professor, mas também toda equipe de funcionários desta escola, já que o indivíduo não estará apenas dentro de sala de aula. [...] Alguém tem por obrigação treinar estes profissionais. Não adiante cobrar sem dar subsídios suficientes para uma boa adaptação deste indivíduo na escola. Esta preparação, com todos os profissionais serve para promover o progresso no sentido do estabelecimento de escolas inclusivas”. (ALVES, 2009, p. 45 - 46).

A escola para ser inclusiva precisa além do apoio e interesse de todas as partes envolvidas, estabelecerem metas e propostas, que vão de encontro com as necessidades advindas da inclusão “ou melhor” dos alunos com deficiências, para que isso aconteça é necessário dar abertura para que novas possibilidades sejam testadas, como: um contato mais estreito com os pais desses alunos, que muito tem a contribuir, já que conhece as limitações e necessidades de seus filhos. Essa troca é de suma importância, onde a inclusão será menos impactante e aconteça de forma mais amena, onde as condições oferecidas sejam benéficas a todos. Para que isso ocorra, cabe a escola juntamente com seus gestores, professores, e demais profissionais darem o primeiro passo. Começando com a reavaliação de suas metodologias, e “flexibilização” do currículo, para atender a diversidade de forma mais precisa e eficaz.

“Os professores, no geral, precisam realmente de uma boa formação para ensinar a qualquer um. Saber que a formação é importante para tal processo, mas, não basta que se preocupe apenas com a formação, pois a inclusão vai, além disso”.³ (MANTOAN, 2005, p. 26).

De acordo com a autora, a formação é indispensável, porém, a inclusão deve levar o professor a buscar alternativas que vão além da formação “ou melhor” soluções que viabilizem o processo inclusivo. Para Mizukami (2002, p. 12) [...] aprender a ser professor [...] não é, portanto, tarefa que se conclua após estudos de um aparato de conteúdos e técnicas de transmissão deles. O professor no contexto inclusivo deve trabalhar com seus alunos a aprendizagem “por meio de situações práticas” vivenciadas no cotidiano escolar, consideradas tão importantes quanto o conhecimento adquirido na “formação”.

1.6 O Sistema de Bidocência.

A Bidocência é um método adotado nas salas de aulas inclusivas. De acordo com Beyer (2005), o Sistema de Bidocência, atua como forma de estratégia, no apoio

³ BRASIL, **Revista da Educação Especial**: Inclusão. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Especial v.1, n.1 out. 2005.

educacional nas salas de aulas inclusivas. Onde o professor de ensino regular trabalha junto ao professor de ensino especializado ou no planejamento das aulas. Porém não necessariamente na mesma sala, geralmente em turnos diferentes. O apoio ao ensino especializado é fundamental, a falta da bidocência dificulta ainda mais o processo de inclusão, já que o profissional de atendimento especializado contribui de forma significativa na aprendizagem dos alunos, visto que trabalha com o desenvolvimento das suas limitações. A parceria entre esses profissionais, a troca de informações minimiza e ao mesmo tempo facilita no desenvolvimento das atividades diversificadas e práticas pedagógicas que beneficia a todos os envolvidos.

“ O ensino em equipe permite uma intervenção coordenada de diferentes professores para um aluno ou um pequeno grupo de alunos. Isso encoraja o estabelecimento de uma diversidade de contatos e diferentes tipos de comunicação e abordagens entre professores e alunos”. (PACHECO, J. et al, 2007, p.119).

Um dos fatores, que tendem a se repetir nas escolas é a superlotação ou seja, o excesso de alunos nas salas de aula, dificultando ainda mais a aprendizagem e conseqüentemente a qualidade do ensino.

De acordo com Beyer, (2005) as determinações sobre a quantidade de alunos numa sala inclusiva de ensino regular é em média de 25 alunos, essas salas podem comportar até no máximo 3 alunos com deficiências, com o número de vagas equivalente a 6 nas salas inclusivas, pois cada um desses alunos vale por 2 ou seja, 6 vagas são destinadas aos 3 alunos, sendo que, restam 19 para os alunos tidos “normais”, dessas cada aluno com deficiência ocupa $1 \times 2 = 2$, nesse caso $3 \times 2 = 6$, isso se a deficiência for leve, caso ela seja de moderada a grave, esse número muda $3 \times 3 = 9$, e o número de vagas para os demais é reduzido para 16 vagas.

Um dado preocupante é que nas “escolas brasileiras” o professor se depara com inúmeros entraves como salas de aulas, superlotadas, falta de ferramentas de trabalho que dificulta ainda mais o seu papel como educador impossibilitando de atender a demanda como também e as necessidades dos alunos, nesse caso deixa de ser inclusão passa somente a integrar-los. As práticas pedagógicas necessitam de modificações urgentes não condiz com a realidade. Nem todas as escolas possuem ou conhece o modelo de bidocência, isso dificulta ainda mais o processo de inclusão, impedindo um melhor desenvolvimento e socialização desses alunos. Outro ponto que cabe salientar, é a

contribuição e interesse dos pais no desenvolvimento dos filhos, quanto mais cedo for estimulado melhor serão os resultados.

Para (GLAT e DUQUE, 2003, p. 46) ‘‘ A família se constitui, portanto, o fator determinante para a denotação e manutenção ou ao contrário, para o impedimento do processo de integração’’ o posicionamento da família em relação á deficiência do filho estar dividida em aceitação ou negação, sendo essa escolha o que irá direcionar o desenvolvimento da criança.

‘‘ Promover a inclusão [...] significa, sobretudo, uma mudança de postura e de olhar acerca da deficiência. Implica quebra de paradigmas, reformulação do nosso sistema de ensino para a conquista de uma educação de qualidade, na qual o acesso, o atendimento adequado e a permanência sejam garantidos a todos os alunos, independente de suas diferenças e necessidades. (SANTOS e PAULINO, 2006, p.33).

De acordo com os autores para a inclusão acontecer é necessário uma reestruturação do sistema, assim como mudanças no currículo, formação dos profissionais, para dessa forma oferecer um ensino de qualidade e igualdade respeitando as diferenças de todos.

2. PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS

2.1 Caracterização do campo da pesquisa

A pesquisa foi realizada, na E. M. E. F. localizada na rua: Honorato Antônio Dantas, centro de Frei Martinho-PB. Com parte da comunidade escolar referente ao processo de inclusão nas turmas do ensino fundamental (2º, 4º e 5º ano ‘A’) e (9º ano ‘A e B’), nos turnos: matutino e vespertino durante o período de uma semana. Quanto a estrutura da Escola Municipal de Ensino Fundamental, possui em suas instalações 6 banheiros, 1 sala de professores, 1 secretaria, 1 direção, 1 sala de leitura, 1 sala de vídeo, 8 salas de aulas, 1 sala de informática, 2 almoxarifados, 1 sala de arquivo, 1 refeitório, 1 pátio, 1 quadra esportiva, e 2 salas auxiliares. Seu corpo administrativo é composto por: 1 diretora, 1 vice-diretora, 1 coordenadora pedagógica, 2 agentes administrativo, 4 auxiliares de serviços, 2 merendeiras, 2 inspetores, e o corpo docente com 15 professores, distribuídos no ensino fundamental. O corpo discente corresponde a 373 no total, distribuídos em ambos os sexos.

A pesquisa foi qualitativa, com aplicação de questionários e através de observação dentro das salas (durante as aulas) e fora no momento do intervalo. Diante dos impasses enfrentados hoje na educação inclusiva, se fez necessário um estudo na busca de identificar no contexto da escola como ocorre a inclusão na prática dos alunos com deficiências no ensino regular.

2.2 Sujeitos da pesquisa

- Professores desses alunos;
- Gestores escolares;
- Funcionários da escola.

O critério de escolha dos sujeitos para a realização da pesquisa se deu pela presença de alunos com deficiência nas salas. Sendo sujeitos apenas os professores que possuem alunos com deficiência. Dessa forma, foram delimitados também outros critérios como: a questão da proximidade dos participantes que passariam mais tempo com estes alunos, e são responsáveis por sua formação ou seja, professores, gestores e funcionários da escola. Acredita-se que um processo inclusivo eficaz deve seguir alguns critérios, não deixando a responsabilidade somente a escola, o posicionamento da família ‘ou melhor’

dos pais é determinante, visto que muito tem a contribuir, com informações relevantes a respeito de seus filhos, desde o primeiro momento de inserção e ao longo do percurso, já que a escola é o espaço que oportuniza a socialização dos mesmos com o meio.

2.2 Instrumento de coleta de dados

2.3.1 Questionários

A pesquisa descritiva é a mais utilizada por possuir “técnicas padronizadas de coletas de dados, tais como questionários e a observação” [...] “juntamente com a exploratória, que habitualmente realizam os pesquisadores sociais preocupados com a atuação na prática” (GIL, 2002, p. 42).

- Os questionários foram divididos em duas categorias: primeiro foi aplicado aos gestores compostos por (1 diretora, 1 vice - diretora e 1 coordenadora pedagógica) por se tratar de profissionais que estão á frente da escola e responsáveis pelas principais decisões tomadas, é importante a participação na pesquisa, e aos professores (três do fundamental primeira fase mais (professor auxiliar) e seis da segunda), as questões foram doze abertas e apenas uma fechada, já as dos funcionários foram cinco, todas abertas. Foram formuladas de acordo com as necessidades que se buscou com a pesquisa.
- Por último a quatro funcionários distribuídos em (2 agentes administrativo, 1 inspetor, 1 merendeira) como eles vêm o processo da inclusão, se tiveram alguma dificuldade para atender os referidos alunos entre outras.

2.3.2 Observação

- Através da percepção da rotina na sala de aula, e no momento do intervalo. Foi utilizado para registro e análise um diário de campo que funciona como a memória do pesquisador, consiste na narração mediante observação no cotidiano escolar, no intuito investigativo, que proporciona um arquivo fiel de informações que auxiliava na análise em campo no período de uma semana, nos turnos: matutino e vespertino onde será observada parte da “comunidade escolar”.

2.4 Elementos de análise

- Atividades em sala;
- Relacionamento com os colegas;
- Cooperação entre os colegas;
- Dificuldades dos professores;
- A rotina no intervalo;
- O comportamento dos participantes com os alunos.

3. REFLETINDO A INCLUSÃO NO COTIDIANO DA ESCOLA REGULAR

3.1 A análise do cotidiano escolar: reflexão sobre os diários de campo.

Por meio das observações feitas no diário de campo, foi possível investigar o que se passa no cotidiano das salas de aulas que atendem aos alunos com deficiências. O período de observação durou uma semana de 14 á 18 de julho de 2014, nos turnos matutino (07:00 ás 11:00hs) e vespertino (13:00 ás 17:00hs), no total de 40 horas. O que permitiu também observar a rotina dos participantes (comunidade escolar) no momento do intervalo.

3.1.1 Atividades em sala

Diante das atividades observadas nas salas de aula o professor divide seu tempo entre os alunos ‘normais’ e os com deficiências, no primeiro momento desenvolve uma atividade para a maioria da turma e em seguida aos alunos ‘inclusos’. Na primeira fase do ensino fundamental, as atividades são diferenciadas, o professor entrega as atividades xerocadas, após atender os demais alunos. Na segunda fase do ensino fundamental, as atividades são as mesmas para todos os alunos, porém a avaliação é diferenciada. Pode-se constatar que a maioria dos alunos com deficiências necessita de mais tempo de explicação e atenção, porém, o professor não dá conta de atender a sala inteira ficando na maioria das vezes sem concluir as atividades. Dependendo da deficiência alguns apresentam indisposição em desenvolver as atividades, são mais lentos e outros são mais agitados (deficiente mental). O rendimento não é satisfatório tendo em vista que precisaria de mais tempo com esse aluno e de um professor de apoio para auxiliar na sala.

3.1.2 Relacionamento com os colegas

A socialização com os demais colegas é positiva, existe muito respeito, carinho, uma atenção especial por parte dos colegas ‘normais’, eles cuidam desses alunos, no momento de sair para o intervalo ou término da aula dão preferência a eles na fila guardando o lugar da frente. Porém a iniciativa de iniciar a socialização parte dos

colegas ‘normais’ como também o professor incentiva a relação entre eles, os alunos com deficiência apresentam maior timidez e insegurança de chegar aos colegas.

3.1.3 Cooperação entre os colegas;

Os alunos se mostraram receptivos quando se tratou de ajudar, sempre estiveram á disposição. Para Ramos (2010) Ter uma equipe de professores e funcionários preparada para lidar com as situações inusitadas, como um aluno necessite de ajuda para usar o banheiro, se recuse em fazer a atividade ou que prefira estar á maior parte do tempo fora da sala de aula entre outros. Sendo uma das maiores preocupações dos educadores, a falta de qualificação e de profissionais especializados por ser uma situação comum nas escolas que atendem esses alunos.

Mantoan (2005), afirma que é na escola inclusiva que os professores e alunos aprendem uma lição que a vida dificilmente ensina: respeitar e saber conviver com as diferenças, ajudando quando necessário sendo esse o primeiro passo, para construção de uma sociedade mais justa e igualitária. A cooperação entre os colegas é importante não deixa de ser uma forma de interação e socialização com os colegas não deficientes, porém, não é recomendável, os próprios alunos fazer atividades que necessita se ausentar da sala de aula cabe a escola como auxiliar o aluno que necessita de ajuda, para evitar eventuais complicações, levando em consideração que cada deficiência apresenta características distintas.

3.1.4 Dificuldades dos professores;

As maiores dificuldades identificadas foram ás salas superlotadas a falta de recursos, professor de apoio, material pedagógico adequado e um profissional de atendimento especializado. De acordo com Beyer (2005), o atendimento especializado pode ser feito conjuntamente com o professor de ensino regular, sendo assim uma estratégia da Bidocência que beneficiará a todos, tendo em vista que a inclusão deve atender as necessidades de seus participantes, o aluno terá um melhor desenvolvimento de suas capacidades e aprendizado adequando ao sistema educacional inclusivo.

3.1.5 A rotina no intervalo;

No intervalo só foi possível observar a comunidade escolar e os alunos do ensino fundamental na primeira fase, porque os portões ficam fechados pelos alunos serem menores e exigir maior cuidado e atenção não tendo acesso a rua. Nesse momento a socialização é mais restrita, porque os alunos se dispersam, três alunos com deficiências ficaram todo momento do intervalo observando os colegas brincarem ficando mais reservados, por orientação dos pais. Uma das crianças com deficiência chamou a atenção, por ficar o intervalo inteiro, com uma colega de sala ela, não brincava com outras colegas apenas com essa, mesmo sendo sociável, ela interage menos, também por receber orientações da mãe, se sente mais segura, com essa colega por ter dificuldade de locomoção, sente medo de cair, já que no intervalo as crianças correm o tempo todo em volta do pátio. Outro momento registrado foi de algumas crianças brincando em volta de uma aluna cadeirante. Os professores e demais funcionários, ficam todo o momento do intervalo observando os alunos, atentos ao comportamento, brincadeiras, para prevenir eventuais situações desagradáveis. Diante das observações registradas no diário de campo constatou-se que a interação dos alunos com deficiência com os demais não aconteceu exceto da aluna cadeirante, isso se deu pela barreira imposta pelos pais, gerando insegurança e bloqueando ainda mais o desenvolvimento e interação com os demais colegas de forma ‘segregada’.

3.1.6 O comportamento dos participantes com os alunos.

O comportamento na maioria das vezes aconteceu de forma natural, porém em alguns momentos foi observado insegurança e despreparo ao lidar com um aluno com (deficiência mental) por não saber ao certo como ele iria reagir ao ser contrariado por ser muito agitado. Levando em consideração o exemplo acima mencionado, percebe-se a importância de uma formação ou capacitação para todos os profissionais que lidam no cotidiano escolar com esses alunos, sabendo que cada deficiência apresenta características distintas, saber lidar com as eventuais situações de forma preventiva, conhecendo o comportamento de acordo com a limitação do aluno, facilita os ‘momentos inesperados’.

3.1.7 Análises dos questionários dos Professores e Gestores

Na análise que segue, os participantes estão representados por siglas, os professores (P1 ao P10), gestores (G1 ao G3) e funcionários (F1 ao F4).

Os questionários foram entregues aos professores que lecionam nas turmas dos alunos com deficiência, nas séries (2º ano, 4º ano, 5º ano ‘‘A’’, 9º ano ‘‘A e B’’) do ensino fundamental primeira e segunda fase. No total de 10 professores participaram espontaneamente desta pesquisa correspondente as disciplinas: Português, Matemática, Ciências, História, Geografia e Ed. Física (fundamental segunda fase) e os demais da primeira fase mais uma professora auxiliar (2º ano). Assim como os professores, os gestores participaram da pesquisa também espontaneamente a diretora, vice-diretora e a coordenadora pedagógica, no total de 03 gestores. Todos os professores da primeira fase e os gestores têm formação em Pedagogia.

A análise será conduzida na sequência dos questionamentos realizados a partir dos 13 questionários, referentes aos professores e gestores.

1ª. QUESTÃO: O QUE É INCLUSÃO?

De acordo com as respostas apresentadas dos 13 participantes da pesquisa 11 não soube responder ao certo o que é inclusão, apenas 2 chegaram a uma resposta mais próxima da discussão dos autores estudados. O professor P9 [...] *inserir no meio indivíduos onde possa participar em nível de igualdade com os demais*. Para (CARVALHO, 2000) a inclusão para muitas instituições se restringe a inserção e ao elevado número de matrículas, sem priorizar a qualidade e a resposta do ensino que está sendo oferecido. Ocorrendo dessa maneira a integração desses alunos essa idéia leva a confundir integração com inclusão como ocorreu na pesquisa, segundo o professor P1 [...] *inclusão propõe a inserção parcial do sujeito*. Para (MANTOAN, 2006) a integração é incompatível com a inclusão, visto que a primeira é a inserção parcial e a segunda inserção completa.

2ª. QUESTÃO: QUAIS AS PRINCIPAIS DIFICULDADES ENFRENTADAS NO COTIDIANO ESCOLAR COM A INCLUSÃO?

Essa questão obteve respostas semelhantes, sendo ordenada de acordo com o maior número. A falta de uma formação ou capacitação na área inclusiva foi mencionada por todos os participantes (13 vezes) seguida por um profissional especializado (10

vezes), falta de materiais pedagógicos (8 vezes), estrutura física e a superlotação das salas (7 vezes). O professor P8 diz: *A falta de habilidades e competências para atingir a verdadeira inclusão*. Segundo os professores, eles não se sentem preparados para lidar com o processo inclusivo. De acordo com a Constituição Federal/88, a LDB N° 9394/96 e a Resolução CNE/CEB N° 2/2001, o Atendimento Educacional Especializado constituiu-se em estratégia pedagógica da escola para oferecer respostas às necessidades educacionais especiais dos alunos, favorecendo o seu acesso ao currículo, um ensino de qualidade. Inúmeras leis, que não funcionam na prática deixando o professor, e a escola sem alternativas viáveis para atender aos alunos os principais prejudicados não atendendo o princípio da inclusão, por não dispor de suporte necessário.

3ª. QUESTÃO: VOCÊS PASSARAM POR UMA CAPACITAÇÃO OU CURSO PARA LIDAR COM O PROCESSO DE INCLUSÃO?

Apenas 1 participante respondeu que sim, os outros 12 não participaram. A professora P2 diz: *sim, fiz uma pós- graduação em educação inclusiva mais por conta própria*. Alguns se limitaram ao não, os demais que sentem a necessidade de uma formação, para diminuir as barreiras encontradas com a inclusão e saber adequar às atividades. Mantoan, (2005) defende que “o professor sem capacitação pode atender um aluno com deficiência”. Porém não vai ter o mesmo resultado, se ele tiver uma formação, tendo em vista que a capacitação é importante porque o profissional terá mais conhecimento podendo melhor atender as necessidades e limitações do aluno trabalhando e desenvolvendo melhor seu potencial.

4ª. QUESTÃO: QUAL É A POSIÇÃO E A FREQUÊNCIA DOS PAIS NA ESCOLA?

Essa resposta foi dada da seguinte forma: o posicionamento para 10 participantes deixa a desejar assim como os demais pais. Somente 3 participantes afirmaram ser positiva. O gestor G1 diz: *é positiva participam das reuniões bimestrais, festividades da escola*. Já a frequência para os 8 participantes acontece nas reuniões bimestrais, quando são chamados por algum motivo e nas festividades da escola. Os outros 6 participantes afirmaram que não frequentam. O professor P7 diz: *Sinceramente*

sobre a posição não tenho opinião formada, já a frequência, assim como todos os outros pais, deixa a desejar. Os pais não procuram os professores para saber como o filho se comporta, se ele faz as atividades, se limitam as notas do boletim a participação dos pais deve existir de forma ativa, já que esses alunos precisam de estímulo e apoio. Segundo alguns professores a maioria dos pais não aceitam a deficiência do filho, como o professor P3 [...] *muitas vezes as famílias querem omitir ou não aceitam que seus filhos possuem alguma necessidade especial.* Formando uma barreira, que bloqueia o desenvolvimento do aluno. Para Carvalho, (2000), ‘as barreiras precisam ser removidas’ principalmente as atitudinais, nesse caso essas barreiras antes impostas pela sociedade, vem sendo encontrada nos pais como alguns participantes colocaram, contradizendo o histórico da inclusão onde os pais eram os maiores defensores, esse tipo de proteção é preocupante só exclui ainda mais essas crianças.

5ª. QUESTÃO: ESSES ALUNOS FAZEM AS MESMAS ATIVIDADES QUE OS DEMAIS?

A resposta dessa questão foi dividida, os professores do fundamental primeira fase mais 1 gestor (5 participantes), fazem as atividades diferenciadas, segundo eles, os alunos não acompanham o ritmo dos demais. O gestor G2 diz: *não, no geral os professores planejam de acordo com o nível de desenvolvimento e aprendizagem do aluno.* Já os professores do fundamental segunda fase, (8 participantes) as atividades são as mesmas, porém a forma de avaliar é diferenciada. O professor P6 diz: *sim é uma forma de incluir [...].* Considerando que a forma a ser avaliada leva em conta as limitações dos alunos. Para (MANTOAN, 2005), a avaliação não é determinar se o aluno chegou a um ponto, e sim se ele venceu suas limitações.

6ª. QUESTÃO: COMO É O COMPORTAMENTO DESSES ALUNOS NA SALA DE AULA? DÊ EXEMPLO DE UMA SITUAÇÃO VIVIDA.

Todos os 13 participantes afirmaram que o comportamento depende do tipo de deficiência, a maioria apresenta um comportamento positivo, boa socialização, educados, porém, tímidos, melhor aceitação das atividades que os demais alunos. Já os que são deficientes mentais são mais agitados, em alguns momentos agressivos. Segundo o gestor

G2 [...] *em alguns momentos apresentam um quadro de agressividade verbal e não verbal [...].* Por esses e outros motivos é importante o tratamento com um profissional especializado, tendo em vista que alguns necessitam de maiores cuidados, tomar medicação e serem acompanhados de perto minimizando as crises preservando seu bem estar e de quem está a sua volta.

7ª. QUESTÃO: COMO OCORRE A SOCIALIZAÇÃO COM OS COLEGAS?

Todos os 13 participantes afirmaram que a socialização ocorre de maneira excelente. A deficiência nesse caso tem valor positivo, pois não interfere na vida social da escola, pelo contrário, a socialização acontece de forma natural, até melhor que com os demais alunos, existe muito respeito, carinho. A interação sempre parte dos colegas “normais” por os alunos com deficiência serem mais tímidos. O gestor G3 diz: *os alunos sempre cuidam tem muito respeito, carinho, são solidários ajudam a ir ao banheiro.* A socialização é um diferencial mediante tantas dificuldades enfrentadas pela inclusão desses alunos, vencendo uma barreira ainda muito comum a atitudinal.

8ª. QUESTÃO: QUAL SEU PONTO DE VISTA SOBRE A INCLUSÃO DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIAS NAS ESCOLAS REGULARES?

Todos os 13 participantes são a favor da inclusão, a idéia é boa, porém, existem muitas falhas exemplo as leis que não saíram do papel. O professor P9 [...] *aprovaram a lei sem antes preparar o terreno [...] e pior nem formaram docentes com capacitação necessária para lidar com esses alunos, simplesmente jogaram na sala de aula.* Sabendo que o professor e o aluno é quem enfrenta no seu cotidiano as conseqüências dessas leis não cumpridas. Não adianta criar leis, se não oferecem medidas cabíveis e suportes necessários para serem desenvolvidos. A inclusão exige mudanças e a lei determina que as escolas regulares incluam os alunos com deficiências e não dão garantia nem alternativas concretas para a inclusão acontecer.

9ª. QUESTÃO: OS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÕES SÃO OS MESMOS PARA TODOS OS ALUNOS?

Todos os 13 participantes responderam que não, é feita de acordo com o nível de aprendizagem, levando em conta as limitações apresentadas pelos alunos. O gestor G2 diz: *Usamos vários métodos que possa favorecer o aluno para que ninguém saia prejudicado.* Com todas as dificuldades impostas no sistema os profissionais não estão dando conta de atender a esses alunos, as atividades, no fundamental primeira fase é desenvolvida no nível mais baixo, segundo alguns professores “eles não conseguem acompanhar o ritmo dos demais”.

10ª. QUESTÃO: VOCÊ JÁ TEVE EXPERIÊNCIA COM ALUNOS COM DEFICIÊNCIA OU É A PRIMEIRA VEZ? JUSTIFIQUE.

A metade dos participantes teve experiências, porém, limitaram-se ao sim e não justificaram sua resposta. A outra metade afirmou que não, é a primeira vez. Segundo a professora P1 *está sendo muito gratificante essa experiência em 28 anos de profissão.* O gestor G2 diz: *já tive experiências com vários tipos de deficiências: física, visual, auditiva e mental. Foi uma experiência bastante difícil, pois não tenho formação específica, mas recebi grandes lições.* Pode-se concluir que a falta de conhecimento ou uma nova experiência nos leva a novos desafios, que serão superados à medida que tentamos reverter ao nosso favor.

11ª. QUESTÃO: EM SUA OPINIÃO A ESCOLA TEM CAPACIDADE DE ATENDER ESSES ALUNOS NA PERSPECTIVA INCLUSIVA?

Os 50% dos participantes afirmaram que a escola não tem capacidade, os outros 50% sim, tem condições. Segundo o professor P7 *hoje não, falta principalmente material pedagógico, uma sala multifuncional e capacitação dos profissionais.* O gestor G2 diz: *não tem, mais não podemos deixar de atendê-los.* O professor P9 [...] *em geral não, enquanto a escola formadora consiga ser uma boa alternativa de socialização para esses alunos.* O professor P6 diz: *sim, mantém o aluno matriculado e freqüentando a escola.* Diante das respostas analisadas somadas às condições investigadas no decorrer da pesquisa percebeu-se que o termo inclusão ainda não está claro para boa parte dos participantes. Tendo em vista que a metade afirmou que a escola tem capacidade de atender na perspectiva inclusiva.

12ª. QUESTÃO: TODOS OS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA QUE ESTUDAM NESTA ESCOLA POSSUEM DIAGNÓSTICO? EXISTE ALGUMA DIFERENÇA DOS ALUNOS COM DIAGNÓSTICO PARA OS QUE NÃO POSSUEM

Na primeira parte da pergunta, os participantes responderam que dos doze alunos matriculados na escola apenas quatro tem diagnósticos os demais não possuem. Quanto á segunda parte 10 participantes responderam que sim, é importante ter o diagnóstico, os outros 3 participantes afirmaram que não. Para o professor P9 [...] *o aluno diagnosticado há uma maior segurança e clareza em como reagir, já diante do aluno não diagnosticado reina a insegurança e a incerteza sobre como agir com ele.* A gestora G1 diz: *alguns não têm diagnósticos porque a família se recusa a aceitar a deficiência do filho.* O gestor G3 diz: *é essencial possuir o diagnóstico, assim o professor poderá pensar em caminhos para que todos, alcance seus objetivos e facilite o trabalho de toda equipe escolar [...].* Diante das dificuldades identificadas pelos participantes da pesquisa constatou-se que o diagnóstico da deficiência do aluno é muito importante, porém, ela vem sendo uma barreira visto que muitos pais não reconhecem “ou melhor”, não aceitam que seus filhos tenham uma deficiência dificultando ainda mais o desenvolvimento desse aluno e conseqüentemente, o trabalho dos profissionais da escola, já enfrentam constantemente outros entraves frente o processo inclusivo que acaba não acontecendo.

13ª. ASSINALE DENTRE AS CATEGORIAS QUAIS DEFICIÊNCIAS ENCONTRADAS NA ESCOLA JÁ TEVE OU TEM CONTATO.

Duas alternativas se sobressaíram “outros” os 13 participantes assinalaram seguida de deficiência mental (moderada, grave) 10 participantes na sequência: deficiência auditiva (surdez moderada, grave) 9 participantes deficiência visual (cegueira, baixa visão) 4 participantes e por último autismo 2 participantes. Através de investigação da pesquisa pode-se contatar que a categoria outros foi a mais apontada, levando em consideração dos critérios o primeiro a falta de diagnósticos da maioria dos alunos com deficiências e segundo o número de alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, mesmo não sendo “considerado deficiência”, foi mencionado pelos professores. Outro ponto foi a variedade de deficiência deixando bem claro a necessidade

e importância de um atendimento especializado para atender esses alunos com também uma sala de recursos. Cabe lembrar que essa questão pode ser assinalada quantas alternativas o participante teve ou tem contato, por isso uma variação no número dos participantes.

3.1.8 Análises dos questionários dos Funcionários

Os questionários contendo 5 questões foram entregues aos funcionários, no segundo dia da pesquisa: 2 agentes administrativos, 1 inspetor, 1 merendeira no total de 4 funcionários, formação: três concluíram o ensino médio e 1 tem o ensino fundamental incompleto. O tempo de serviço é entre 2 a 16 anos.

1ª. QUESTÃO: O QUE É INCLUSÃO?

Todos os 4 participantes entendem por inclusão, na realidade como integração. Os participantes tiveram a mesma linha de raciocínio. O funcionário F1 diz: *inclusão é o acesso de forma integral dos alunos com deficiência na escola comum.*

2ª. QUESTÃO: NA ESCOLA EXISTE ACESSIBILIDADE: JUSTIFIQUE.

Todos os 4 funcionários afirmaram que “sim existem rampas”. Diante da resposta apresentada deu a entender que para eles a acessibilidade se restringe unicamente as rampas. Sabendo que a acessibilidade não é somente o acesso a rampas como também barras de acesso a banheiros, corredores, portas largas para cadeirantes, materiais didáticos acessíveis, mobiliários nas salas entre outros. Pode-se identificar que a acessibilidade na escola é parcial, existem apenas rampas e portas largas (em alguns ambientes): laboratório de informática e sala de leitura.

3ª. QUESTÃO: EXISTE PRECONCEITO OU DISCRIMINAÇÃO POR PARTE DOS DEMAIS ALUNOS?

Nessa questão todos os 4 funcionários, como os demais participantes foram unânimes nas respostas, não existe preconceito ou qualquer tipo de discriminação, todos são bem tratados. De acordo com a pesquisa não existem diferenças todos são tratados por igual.

4ª. QUESTÃO: EM SUA OPINIÃO A ESCOLA TEM CAPACIDADE DE ATENDER ESSES ALUNOS NA PERSPECTIVA INCLUSIVA?

Os 3 funcionários responderam que sim, o funcionário F2 diz: *sim, pois ao incluir alunos com deficiência a instituição escolar muda sua perspectiva de modo que ajuda o professor a repensar seu papel e contribui para construção de uma nova geração.* O funcionário F3 diz: *sim, pois a escola é o lugar onde se ensina a respeitar e tratar os outros com igualdade.* Apenas um funcionário afirmou que “hoje não”. Levando em consideração a análise das questões a maioria dos participantes desconhece o princípio da educação inclusiva, no decorrer da investigação de pesquisa pode-se constatar que a escola não atende os alunos na perspectiva inclusiva, o que acontece é apenas uma integração desses alunos por não oferecer suporte, estrutura física, material pedagógica adequado para atender as necessidades dos alunos entre outros.

5ª. QUESTÃO: QUAIS AS PRINCIPAIS DIFICULDADES ENFRENTADAS NO COTIDIANO ESCOLAR COM A INCLUSÃO?

A principal dificuldade citada por todos os 4 funcionários foi a falta de formação para atender os alunos, a falta de estrutura adequada e recursos. Diante das respostas identificadas precisa de formação para os profissionais, melhores estruturas e recursos para atender os alunos oferecendo um ensino de qualidade.

A inclusão se encontra em fase de construção, o cenário da escola e a abordagem no cotidiano escolar, foi analisado através das experiências da comunidade escolar. Cabe ressaltar, que a E. M. E. F. não recebe quaisquer ajuda para “incluir” esses alunos e nem salas de recursos e nem profissional especializado tornando as possibilidades reduzidas, não atendendo a perspectiva inclusiva, o que sobrecarrega o professor, visto como principal responsável pela aprendizagem dos alunos. O ensino na perspectiva inclusiva exige mudanças, a falta de políticas de formação e de investimentos dificulta o processo

de inclusão, porque em muitas situações o professor fica sem saber como agir de acordo com as limitações impostas pela deficiência de seus alunos, assim como a escassez de materiais pedagógicos, isso inquietam esses profissionais, assumindo sozinhos a inserção e integração desses alunos, já que a inclusão não acontece. Acolher o aluno com deficiência implica em assumir seus valores, pode ser observado o acolhimento de toda comunidade escolar aos alunos com deficiências, sendo aceitos com suas diferenças e avaliados segundo suas possibilidades. Percebeu-se também a ausência de uma cultura entre a comunidade escolar e as famílias desses alunos, isso prejudica a caminhada.

Nesse sentido o desafio

da inclusão torna-se mais longo, pelas lacunas existentes e pertinentes transformando-se em barreiras.

Diante da experiência vivenciada no decorrer da pesquisa, pode-se perceber que a inclusão ainda é um desafio para a E. M. E. F. já que as barreiras ainda se encontram “persistentes”, sejam elas políticas, estruturais, pedagógicas e atitudinais.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo revelou que embora já esteja incorporada no discurso, a inclusão escolar ainda é um desafio para os professores, gestores e demais profissionais desta escola. Porém, apesar dos obstáculos observados, é possível afirmar que há um desejo de criar uma escola inclusiva. As respostas mostraram um processo de saberes em formação provocados pela chegada desses alunos com deficiências nas salas de aula regulares. Diante dos dados aos sujeitos da pesquisa, buscou discutir os conhecimentos necessários que auxiliem e orientem o desenvolvimento de práticas pedagógicas e políticas públicas educacionais mais condizentes com uma cultura de inclusão no âmbito de uma escola pública igualitária.

É no sentido de fortalecer as ações dos professores e de toda comunidade escolar em relação ao processo de inclusão, através da reflexão sobre sua própria concepção da deficiência e sua prática junto a estes alunos, que se propôs este estudo. Acredita-se, assim, estar contribuindo para pensar sobre as possibilidades de construção de uma sociedade menos excludente, com o aperfeiçoamento de políticas públicas nesta área, onde todos possam efetivamente ter os mesmos direitos fundamentais como o acesso à uma educação de qualidade e à cidadania.

Pode-se concluir ao término deste trabalho que a proposta de inclusão hoje na E. M. E. F. ainda é algo distante, ocorrendo apenas a integração desses alunos. Diante de todos os relatos e na vivência do cotidiano escolar durante a pesquisa pudemos identificar os entraves encontrados, a falta de formação dos professores, escassez de material pedagógico adequado, de uma sala de recurso, de um profissional qualificado para atuar juntamente com o professor, salas superlotadas, a falta de diagnósticos dos alunos, falta de conhecimento dos pais como também as barreiras atitudinais externas advindas dos pais desses alunos.

Estabelecer uma proposta educacional que contemple um novo entendimento sobre a inclusão minimizando as necessidades, com a reestruturação do sistema, investimentos, para a escola poder oferecer um ensino de qualidade sendo assim o processo acontecerá de forma gradual. É fundamental que todos, professores, pais, alunos e comunidade escolar compreendam que a educação inclusiva é possível sim, porém necessita da colaboração de todos.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10520**: informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro, 2002.

ALVES F. **Inclusão**: muitos olhares, vários caminhos e um grande desafio. Rio de Janeiro: Wak, 2009, p. 45-46.

BEYER, Hugo Otto. **Inclusão e avaliação na escola**: de alunos com necessidades educacionais especiais. Porto Alegre: Mediação, 2005.

BRASIL. **Declaração de Salamanca** e linha de ação sobre necessidades educacionais especiais. Brasília: UNESCO, 1994.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, Lei nº 9394, 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. **Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial**. Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001. Diário Oficial da União, Brasília, 14 set. 2001. Seção 1E, p. 39-40.

BRASIL, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, 2008**.

BRASIL, **Revista da Educação Especial**: Inclusão. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Especial v.1, n.1 out. 2005.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação Inclusiva com os Pingos nos ‘Is’**. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2005.

CARVALHO, Rosita Edler. **Removendo Barreiras para a Aprendizagem**: Educação Inclusiva. Porto Alegre: Mediação, 2000.

DUK, Cynthia. **Educar na diversidade**: material de formação docente. 2. ed. /Brasília : MEC, SEESP, 2005.

DUK, Cynthia. **Educar na diversidade**: material de formação docente. 3. ed. /Brasília : MEC, SEESP, 2006.

GLAT R.; FERNANDES E. F. **Da Educação Segregada à Educação Inclusiva**: uma Breve Reflexão sobre os Paradigmas Educacionais no Contexto da Educação Especial Brasileira. Revista Inclusão: MEC/SEESP, 2005.

GLAT, R. e DUQUE, M. A. **Convivendo com filhos especiais**: o olhar paterno. Rio de Janeiro: Sette Letras, 2003, p. 46.

GIL, Antônio Carlos. **Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MANTOAN, M. Teresa Eglér. **Inclusão Escolar**: O que é? Por quê? Como fazer? 2 ed. São Paulo: Moderna, 2006.

MIZUKAMI, M. das G. N. et al. **Escola e aprendizagem da docência**: processo de investigação e formação. São Carlos. SP: UFSCar, 2002, p.12.

PACHECO, J. et al. **Caminhos para a inclusão**: um guia para o aprimoramento da equipe escolar. Porto Alegre: Artmed, 2007.

RODRIGUES, D. **Educação inclusiva**. As boas e as más notícias. In David Perspectivas sobre a inclusão. Da educação à sociedade. Editora: Porto, 2002.

ROPOLI, Edilene Aparecida; et al. **A educação especial na perspectiva da inclusão escolar**: a escola comum inclusiva. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação; [Fortaleza] :Universidade Federal do Ceará, 2010.

RAMOS, Rossana. **Inclusão na Prática**: estratégias eficazes para a educação inclusiva. São Paulo: Summus, 2010.

SASSAKI, Romeu Kazumi, **Inclusão**: Construindo uma sociedade para todos. 6. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2006.

SANTOS, M. P. dos. PAULINO, M. M. (org). **Inclusão em educação**: culturas, políticas e práticas. São Paulo: Cortez, 2006.

VIZIM, Marli. et al. **Políticas públicas**: educação, tecnologias e pessoas com deficiências. Campinas-SP: Mercado de letras: 2003, p. 62

APÊNDICES



CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS

Pesquisa para realização do Trabalho de Conclusão do Curso

Este questionário tem por finalidade investigar, identificar e analisar como vem ocorrendo a inclusão de alunos com deficiência no ensino regular, na Escola Municipal de Ensino Fundamental José de Alencar, Frei Martinho-PB. É parte de um Trabalho de Conclusão de Curso- TCC. De minha autoria graduanda: Helena de Oliveira Dantas e sob a orientação da prof^a. Ms. Nayara Tatianna dos Santos Costa. Informamos que em nenhuma hipótese os participantes dessa pesquisa serão identificados.

QUESTIONÁRIO

Aplicado aos Professores e Gestores

Caracterização dos participantes

Escola _____

Professor _____

Formação _____

Anos de docência/ serviço _____

- 1- O que é inclusão?
- 2- Quais as principais dificuldades enfrentadas no cotidiano escolar com a inclusão?

- 3- Vocês passaram por uma capacitação ou curso para lidar com o processo de inclusão?
- 4- Qual a posição e a frequência dos pais na escola?
- 5- Esses alunos fazem as mesmas atividades que os demais ?
- 6- Como é o comportamento desses alunos na sala de aula? dê exemplo de uma situação vivida.
- 7- Como ocorre a socialização e interação com os colegas?
- 8- Qual seu ponto de vista sobre a inclusão dos alunos com deficiências nas escolas regulares?
- 9- Os critérios de avaliações são os mesmos para todos os alunos?
- 10- Você já teve experiência com alunos com deficiências ou é a primeira vez? Justifique.
- 11- Em suma opinião a escola tem capacidade de atender esses alunos na perspectiva inclusiva?
- 12- Todos os alunos que estudam nessa escola possuem diagnóstico? existe alguma diferença dos alunos com diagnóstico para os que não possuem? qual?
- 13- Assinale dentre as categorias quais deficiências encontradas na escola já teve ou tem contato.

 Deficiência física (uso de cadeira de rodas, próteses, muletas);

 Deficiência visual (cegueira, baixa visão);

() Deficiência auditiva (surdez moderada, grave);

() Deficiência mental (moderada, grave);

() Autismo;

() Outros.



CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS

Pesquisa para realização do Trabalho de Conclusão do Curso

Este questionário tem por finalidade investigar, identificar e analisar como vem ocorrendo a inclusão de alunos com deficiência no ensino regular, na Escola Municipal de Ensino Fundamental José de Alencar, Frei Martinho-PB. É parte de um Trabalho de Conclusão de Curso- TCC. De minha autoria graduanda: Helena de Oliveira Dantas e sob a orientação da prof^a. Ms. Nayara Tatianna dos Santos Costa. Informamos que em nenhuma hipótese os participantes dessa pesquisa serão identificados.

QUESTIONÁRIO

Aplicado aos Funcionários da Escola

Caracterização dos participantes

Escola _____

Funcionário _____

Formação _____

Anos de serviço _____

- 1- O que é inclusão?
- 2- Na escola existe acessibilidade? justifique
- 3- Existe preconceito ou discriminação por parte dos demais alunos?
- 4- A escola tem capacidade de incluir esses alunos na perspectiva inclusiva? justifique
- 5- Quais as principais dificuldades enfrentadas no cotidiano escolar com a inclusão?